PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES
Via N1 Leste s/n, Pavilhão das Metas, Praça dos Três Poderes – Zona Cívica Administrativa – CEP: 70.150-908.
Telefones: (061) 3411.4246/4330 Fax: (061) 3326.8449
Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180
spmulheres@spmulheres.gov.br

TERMO DE REFERÊNCIA

Projeto 60783: "Apoio à implementação do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres" – Acordo de Cooperação SPM/ ONU MULHERES - Revisão Substantiva "C".

Resultado: 2 – Fortalecimento do Monitoramento do II PNPM e realização de avaliação de programas estratégicos.

Atividade: 2.1 – Consultoria especializada para a avaliação da implementação do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres em estados e municípios.

1 -Objeto

Analisar e sistematizar o material enviado pelos 30 grupos finalistas do Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável para subsidiar o monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. O produto final será a redação para a edição de livro relatando as experiências dos grupos premiados.

2 - Objetivo

Contratação de consultoria de pessoa física para sistematizar em formato para publicação as 30 experiências premiadas no Prêmio Mulheres Rurais que Produzem o Brasil Sustentável.Os textos terão como base o material enviado por essas organizações. As experiências premiadas refletem como implementação das políticas públicas voltadas para as mulheres rurais no âmbito do PNPM estão sendo percebidas por este segmento.

Ao colocarmos em foco as experiências bem sucedidas das mulheres do campo e da floresta, contribuímos para dar visibilidade ao seu protagonismo. Com isso, pretende-se ampliar o conhecimento do próprio governo e da sociedade em geral sobre a realidade do dia a dia dessas mulheres que produzem o Brasil sustentável. Por outro lado, pretende-se, também, verificar a percepção que as mulheres rurais têm das políticas implementadas no âmbito do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.

3 - Antecedentes

A presença forte e decisiva das mulheres na produção da agricultura familiar e camponesa no Brasil é responsável por cerca de 70% dos alimentos que chegam à mesa da população

brasileira. Segundo o último Censo Agropecuário, em 2006 a agricultura familiar empregava 74,4% das pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários e, dessa população, 1/3 era constituído por mulheres, o que correspondia a 4,1 milhões das pessoas ocupadas. E a proporção vem crescendo. As trabalhadoras do campo e da floresta, na sua diversidade humana e cultural, são mulheres brancas, negras e indígenas, cujo protagonismo se destaca, também, na produção para o autoconsumo: o cultivo das hortas, a criação de pequenos animais, a produção da agroindústria caseira; entre outras. Historicamente, essas mulheres têm garantido a sobrevivência de práticas e conhecimentos tradicionais, como o manejo e preservação das sementes crioulas, entre outras atividades que muito contribuem para a segurança e soberania alimentar no país, favorecendo a defesa e conservação da agrobiodiversidade.

Entretanto, essa atividade continua na invisibilidade, refletindo, em larga medida, os efeitos da divisão sexual do trabalho sobre a vida das mulheres, que acumulam as responsabilidades da reprodução e do cuidado (no âmbito doméstico) e aquelas da produção econômica.

Nas últimas décadas, as mulheres do campo e da floresta ampliaram a sua capacidade de mobilização, incluindo a autonomia entre as suas bandeiras de luta - a começar pela autonomia econômica, que lhes garanta a renda justa e necessária, bem como a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho. Nessa perspectiva, estão se multiplicando os grupos e organizações produtivas de mulheres, que buscam nos princípios da Economia Feminista e Solidária superar dificuldades potencializando seus recursos e esforços para o objetivo comum da conquista de sua autonomia. A Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Ministério do Trabalho e Emprego, já cadastrou cerca de 9.400 grupos produtivos no meio rural com participação de mulheres e 774 grupos exclusivamente de mulheres. A superação da invisibilidade do trabalho das mulheres camponesas exige, da parte do governo, iniciativas que contribuam, de um lado, para a valorização do trabalho doméstico não remunerado traduzindo-se, principalmente, na implementação de políticas de compartilhamento, ou políticas de cuidado. Por outro lado, são necessárias medidas que venham somar-se às políticas públicas em curso, orientadas para o fortalecimento e ampliação da inserção produtiva das trabalhadoras rurais, como as políticas de compras governamentais (Programa de Aquisição de Alimentos; Programa Nacional de Alimentação Escolar); o Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais; e Programa de Documentação das Trabalhadoras Rurais, entre outras iniciativas.

4 - Atividades a serem desenvolvidas

- Participar de reunião com equipe técnica e direção da SPM para definir as diretrizes da Publicação.
- Analisar o material enviado pelas 30 experiências premiadas.
- Identificar lacunas que dificultem a elaboração dos textos.
- Fazer contato por telefone ou e-mail com as responsáveis pelo envio dos dados para complementar as informações.
- Redigir os 30 textos contendo os principais aspectos identificados em linguagem clara, sucinta e de leitura agradável. Cada texto deve ter entre 6 e 8 laudas digitadas.
- Apresentar os textos para análise e aprovação da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.
- Fazer os ajustes nos textos com base nas observações da Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM.

- Preparar a versão final dos artigos para publicação com a proposição de títulos, intertítulos, olhos, seleção e legenda das fotos.

5 - Produtos esperados

Produto	Descrição	Valor (%)	Prazo*
1	**Relatório contendo a análise do material enviado e a identificação das lacunas.**	**15%**	**15 dias**
2	**Relatório contendo a análise e redação dos 5 textos do primeiro lote de experiências.**	**20%**	**30 dias**
3	**Relatório contendo a análise e redação dos 15 textos do segundo lote de experiências.**	**20%**	**60 dias**
4	**Relatório contendo a análise e redação dos 10 textos do segundo lote de experiências.**	**20%**	**85 dias**
5	**Relatório contendo a versão final dos textos, incorporados os ajustes solicitados pela SPM.**	**25%**	**120 dias**

*** dias corridos, contados a partir do primeiro dia do contrato.**

Observação: A contagem do prazo para entrega de todos os produtos inicia-se a partir do primeiro dia após a assinatura do contrato.

6 - Período de contratação

O período de contratação é de 5 (cinco) meses.

7 - Coordenação

Gabinete da Ministra.

8 - Condições de Pagamento

O pagamento será realizado pela ONU Mulheres e será efetuado em 5 (cinco) parcelas, mediante a entrega e aprovação dos produtos pela equipe técnica do Gabinete da Ministra.

O desembolso será realizado após a aprovação do produto pela SPM e pela ONU Mulheres.

Caso haja qualquer alteração na qualidade do serviço, implicando ou não em acréscimo no valor final dos produtos (não superior a 20%), o/a Contratado/a deverá obter por escrito, autorização previa da equipe técnica do Gabinete da Ministra, que enviará ofício a ONU Mulheres autorizando a elaboração da emenda do contrato.

9 - Local do Trabalho e Insumos:

Trata-se de uma consultoria à distância, que deverá ser realizada com vindas periódicas à Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, em Brasília/DF.

A SPM/PR fornecerá, enquanto insumos, ambiente de trabalho, acesso à internet e ao telefone e suporte da equipe do Gabinete da Ministra.

Não serão reembolsadas despesas relacionadas às atividades de consecução do trabalho.

10 – Habilitação Profissional

a) Requisito mínimo para habilitação:

- Ensino superior completo, especialmente em Ciências Sociais e Humanas.

b) Requisitos desejáveis:

- Pós-graduação em áreas de ciências sociais e humanas.
- Mestrado, especialmente na área de ciências sociais e humanas.
- Experiência profissional em análise de experiências, produção e edição de textos para publicação.
- Experiência em coordenação editorial de publicações, incluindo conhecimentos em seleção de imagens para compor a publicação.

11 – Procedimentos para avaliação

A habilitação profissional e a capacidade técnica serão atestadas mediante o procedimento de avaliação dividido em três etapas eliminatórias e classificatórias, quais sejam:

1. Análise curricular, incluindo análise dos requisitos desejáveis ao perfil profissional.
2. Análise das propostas financeiras.
3. Realização de entrevistas.

Observação:

A proposta financeira deve abarcar informações sobre o custo do trabalho total ser pago à consultoria, observando os percentuais aplicáveis à remuneração por produto prevista no item 5.

Só será classificada para etapa subseqüente a/o candidata/o que for aprovada/o mediante análise de pontuação realizada pela Comissão Julgadora.

12 – Critérios de Avaliação

Item	Critérios de Avaliação	Peso
A	Pós-graduação em áreas de ciências sociais e humanas	100
B	Mestrado, especialmente na área de ciências sociais e humanas.	200
C	Experiência profissional em análise de experiências, produção e edição de textos para publicação.	200
D	Experiência em coordenação editorial de publicações, incluindo conhecimentos em seleção de imagens para compor a publicação.	200
E	Entrevista	300

13 - Informações para inscrição de proposta

As/os interessadas/os devem enviar seu *Curriculum Vitae* com proposta financeira no período de 5 a 14 de agosto de 2013 para o endereço eletrônico **otto.medina@spm.gov.br** especificando no assunto da mensagem: **Consultoria publicação Mulheres Rurais**.

Se no prazo de três dias, a/o interessada/o não receber via email a confirmação de recebimento da proposta pela equipe técnica do Gabinete da Ministra, favor entrar em contato pelo telefone 3411 4233.

Oroslinda Maria Taranto Goulart

Chefe de Gabinete

Lourdes Maria Bandeira

Secretária Executiva

De acordo,

Em / /2013